

CRESCIMENTO ECONÔMICO E SETORIAL NO BRASIL, 2014 - 2024: UMA ANÁLISE DAS CONTAS NACIONAIS

Economic and Sectoral Growth in Brazil, 2014 - 2024: An Analysis of
National Accounts

Luiz Eduardo Simões de Souza¹

Perla Daniele Costa Carreiro²

Resumo: Este estudo analisa a trajetória do PIB brasileiro entre 2014 e 2024, com ênfase no crescimento de 3,4% registrado em 2024. Examina-se a evolução dos principais setores produtivos e os desafios estruturais que limitam a sustentabilidade do crescimento econômico. O setor de serviços (3,7%) e a indústria (3,3%) impulsionaram a expansão do PIB, enquanto a agropecuária apresentou retração de -3,2%, resultado de adversidades climáticas e da volatilidade do mercado global de commodities. A demanda agregada seguiu como principal motor do crescimento, com destaque para o consumo das famílias (+4,8%), impulsionado pela recuperação do mercado de trabalho e políticas de transferência de renda. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 7,3%, atingindo 17,0% do PIB, mas segue abaixo dos níveis ideais para garantir um crescimento sustentado. A persistente desindustrialização prematura restringe a capacidade produtiva nacional, reforçando a reprimarização da economia, marcada pelo avanço das exportações de commodities agrícolas e minerais em detrimento da produção industrial. As exportações (14,9% do PIB) e importações (13,2% do PIB) cresceram, mas o saldo comercial positivo não resultou em maior agregação de valor à produção nacional. Conclui-se que,

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado - Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8817-5379> E-mail: luiz.souza@ufma.br. . PhD in Economic History from the University of São Paulo (USP).. Associate Professor - Federal University of Maranhão (UFMA)

² Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas (Unicamp). Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7687-0869>

E-mail: perladaniele004@gmail.com.br. PhD candidate in Economic Development at the University of Campinas (Unicamp). Master's degree in Socioeconomic Development from the Federal University of Maranhão (UFMA).

apesar do crescimento do PIB em 2024, persistem desafios estruturais que exigem políticas industriais e tecnológicas voltadas à reindustrialização e ao fortalecimento da capacidade produtiva nacional.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Reprimarização; Investimento produtivo; Política industrial; Demanda agregada.

Abstract: This study examines the trajectory of Brazil's GDP between 2014 and 2024, with a focus on the 3.4% growth recorded in 2024. It analyzes the performance of key productive sectors and the structural challenges that limit the sustainability of economic growth. The services sector (3.7%) and industry (3.3%) drove GDP expansion, while agriculture contracted by -3.2%, due to adverse climatic conditions and volatility in global commodity markets. Aggregate demand remained the primary growth driver, particularly household consumption (+4.8%), fueled by labor market recovery and income transfer policies. Gross Fixed Capital Formation (GFCF) grew by 7.3%, reaching 17.0% of GDP, though still below levels needed to ensure sustained growth. Persistent premature deindustrialization constrains national productive capacity, reinforcing economic re-primarization, marked by rising agricultural and mineral commodity exports at the expense of industrial output. Exports (14.9% of GDP) and imports (13.2% of GDP) increased, but the trade surplus did not translate into higher value-added domestic production. The study concludes that, despite GDP growth in 2024, structural challenges persist, requiring industrial and technological policies aimed at reindustrialization and strengthening national productive capacity.

Keywords: Economic Growth; Re-primarization; Productive Investment; Industrial Policy; Aggregate Demand.

Introdução

O desempenho econômico de um país é resultado da interação entre fatores estruturais e conjunturais que determinam sua trajetória de crescimento. Em 2024, a economia brasileira registrou uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%, consolidando uma trajetória de crescimento sustentado pelo segundo ano consecutivo. Esse desempenho ocorreu em um ambiente macroeconômico caracterizado por desafios internos, como a manutenção de uma política monetária restritiva, e fatores externos, incluindo oscilações nos mercados globais e variações nas condições de comércio internacional. A análise do crescimento econômico sob a perspectiva de suas estruturas e de seu ciclo é essencial para compreender as dinâmicas subjacentes e os vetores que impulsionaram ou limitaram a atividade econômica no período.

O cenário de 2024 insere-se em um contexto de retomada gradual da economia brasileira após um período prolongado de instabilidade, marcado por crises internas e choques externos. As transformações recentes no mercado de trabalho, as políticas de incentivo ao consumo e a maior integração com cadeias globais de valor moldaram um ambiente macroeconômico que, apesar das limitações estruturais, tem permitido uma recuperação moderada. No entanto, o crescimento observado ainda não é suficiente para alterar significativamente o padrão de especialização regressiva da economia brasileira, caracterizado pela forte dependência da exportação de commodities e pela perda de dinamismo da indústria de transformação. A análise do crescimento em 2024, portanto, demanda uma leitura crítica sobre os limites e potencialidades do atual modelo de desenvolvimento adotado pelo país.

Adicionalmente, as condições internacionais influenciaram de forma decisiva o desempenho econômico brasileiro no período. A desaceleração da economia chinesa, a volatilidade dos preços das commodities e o cenário de juros elevados nas economias centrais impuseram restrições importantes à expansão do setor externo brasileiro. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas intensificaram os riscos para a agropecuária, um dos setores historicamente mais relevantes para a pauta exportadora do país. Diante dessas condicionantes externas, a recuperação do mercado interno e a elevação do consumo das famílias tornaram-se ainda mais centrais para o crescimento do PIB em 2024. Nesse sentido,

o estudo propõe uma reflexão aprofundada sobre como fatores domésticos e globais se articularam para moldar o ciclo econômico brasileiro no período analisado.

A decomposição do PIB por setor econômico permite avaliar as contribuições diferenciadas da agropecuária, da indústria e dos serviços para o desempenho agregado da economia. Em 2024, observou-se um comportamento heterogêneo entre esses setores: enquanto a agropecuária apresentou retração de -3,2%, a indústria e os serviços registraram crescimento de 3,3% e 3,7%, respectivamente. A contração no setor agropecuário esteve associada a condições climáticas adversas que impactaram negativamente algumas culturas agrícolas de grande relevância. Por outro lado, a expansão da indústria foi impulsionada pela recuperação da construção civil e das indústrias de transformação, enquanto o setor de serviços foi beneficiado pelo aumento da demanda interna e pela melhora nos indicadores do mercado de trabalho.

A evolução do PIB setorial em 2024 também foi influenciada por variáveis macroeconômicas, tais como política monetária, consumo das famílias e investimentos. A taxa de juros, mantida em patamar elevado ao longo do ano, restringiu a expansão da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ainda que tenha apresentado crescimento de 7,3% em relação a 2023. O consumo das famílias, por sua vez, teve um crescimento real de 4,8%, sustentado pela recomposição da renda e pelo desempenho favorável do mercado de trabalho. No setor externo, verificou-se uma expansão de 2,9% nas exportações e um crescimento significativamente maior das importações (14,7%), refletindo alterações na demanda doméstica e nas condições de competitividade da produção nacional.

A avaliação setorial do crescimento econômico é fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produtividade e à redução de assimetrias entre os setores. A identificação dos segmentos econômicos que demonstraram maior dinamismo contribui para a definição de estratégias de incentivo e investimentos direcionados, ao passo que o diagnóstico dos setores que apresentaram contração possibilita a implementação de medidas voltadas à mitigação de riscos e à recuperação da atividade produtiva.

Diante desse contexto, este texto tem como objetivo examinar o crescimento do PIB brasileiro em 2024 sob a ótica setorial, identificando os fatores que impulsionaram ou

restringiram a atividade econômica em cada segmento. Além disso, serão analisadas as interações entre variáveis macroeconômicas e o desempenho setorial, buscando compreender os determinantes do crescimento econômico no período. Os dados originais utilizados para analisar o crescimento dos setores procedem do Sistema de Contas Nacionais (SCN), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta a revisão da literatura sobre crescimento econômico e análise setorial; a seção 3 detalha a metodologia adotada, incluindo as fontes de dados e os critérios de análise; a seção 4 discute os resultados empíricos, examinando o desempenho da economia brasileira em 2024; por fim, a Seção 5 tece algumas considerações para o debate.

1. Revisão da Literatura

O crescimento econômico é um tema amplamente debatido na literatura econômica, sendo analisado sob diferentes perspectivas teóricas. A visão neoclássica, representada pelo modelo de Solow-Swan (1956), enfatiza a acumulação de capital e o progresso tecnológico como determinantes do crescimento de longo prazo, assumindo que os mercados tendem ao equilíbrio. No entanto, abordagens heterodoxas, como a keynesiana e a marxista, oferecem interpretações distintas, priorizando a demanda agregada, as relações de produção e a distribuição da renda. A tradição keynesiana, por exemplo, destaca a importância da demanda efetiva como motor do crescimento, argumentando que a expansão da atividade econômica depende do nível de investimentos e do consumo agregado (Keynes, 1936). Já a abordagem marxista considera o crescimento como um processo contraditório dentro do capitalismo, resultante da lógica da acumulação de capital, da exploração da força de trabalho e das crises cíclicas que afetam a reprodução do sistema econômico (Marx, 2023 [1867]).

No contexto das economias periféricas, como o Brasil, a literatura estruturalista e marxista enfatiza a dependência econômica e a dificuldade de romper com padrões históricos de subordinação ao capital internacional. Segundo Furtado (1961), a industrialização brasileira ocorreu de forma incompleta e dependente, gerando um crescimento desigual entre setores e consolidando um modelo de inserção externa baseado na exportação de produtos primários. A desindustrialização prematura, analisada por Tavares (1972) e Rodrik (2016),

ilustra as dificuldades da economia brasileira em sustentar um crescimento robusto sem o fortalecimento da indústria. Por outro lado, a tradição keynesiana contemporânea ressalta a necessidade de políticas públicas ativas para estimular a demanda agregada e reduzir desigualdades setoriais, defendendo investimentos em infraestrutura, crédito produtivo e políticas sociais como impulsionadores do crescimento econômico (Minsky, 1986).

Para Bresser-Pereira (2017), a industrialização brasileira caracteriza-se por um processo incompleto e dependente, que se traduziu na consolidação de um padrão de reprimarização da economia nacional. Nesse sentido, Cano (2012) destacou que a desindustrialização no Brasil resulta não apenas de fatores exógenos, mas também de deficiências internas, como a baixa produtividade e a insuficiência de políticas industriais eficazes.

A análise setorial do PIB é essencial para compreender a dinâmica do crescimento econômico e seus desdobramentos sobre a estrutura produtiva. Análises recentes indicam que a desindustrialização tem provocado impactos negativos no mercado de trabalho e na capacidade de inovação do país (Colombo, Felipe e Sampaio, 2020). Paralelamente, a reprimarização, evidenciada pelo crescimento das exportações de commodities e a concentração de investimentos no setor primário, tem aprofundado as vulnerabilidades da estrutura produtiva brasileira (Carvalho e Carvalho, 2011).

O setor agropecuário historicamente desempenha um papel central na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações. No entanto, sua trajetória recente tem sido marcada pela dicotomia entre o agronegócio voltado para exportação e a agricultura familiar, que enfrenta dificuldades de financiamento e competição desigual. A retração de -3,2% na agropecuária em 2024 pode ser explicada pela instabilidade climática e pela volatilidade dos preços das commodities, fatores que impactam fortemente um setor que depende da demanda externa e da valorização cambial. Essa dinâmica também reflete as contradições do modelo agroexportador, que mantém elevados níveis de concentração fundiária e desigualdade no campo.

O setor industrial é historicamente reconhecido como um dos principais motores do crescimento econômico, dado seu potencial de inovação e seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e a produtividade. No entanto, a literatura aponta que a indústria brasileira tem perdido participação no PIB desde os anos 1980, em um processo de desindustrialização

caracterizado pela baixa competitividade, pela perda de investimentos e pela priorização de setores financeirizados em detrimento da produção manufatureira. Em 2024, o crescimento industrial de 3,3% foi impulsionado pela construção civil (4,3%) e pela indústria de transformação (3,8%), sugerindo uma recuperação cíclica, mas sem uma mudança estrutural que sinalize uma retomada industrial de longo prazo. A política monetária restritiva, com manutenção de juros elevados, pode ter limitado o investimento produtivo e dificultado um crescimento mais robusto do setor. Ademais, a ausência de uma política industrial robusta e coordenada tem sido apontada como um dos principais entraves para a superação do ciclo recessivo e da reprimarização econômica (Consenza, 2018 e 2022, e Souza, Previdelli e Nunes, 2022). Os autores defendem a necessidade de estratégias articuladas que priorizem a inovação tecnológica, o fortalecimento das cadeias produtivas e a diversificação econômica como elementos centrais para a retomada do crescimento sustentável

O setor de serviços tornou-se o segmento predominante da economia brasileira, representando 59,3% do PIB. Seu crescimento de 3,7% em 2024 reflete tanto o aumento da demanda interna quanto a expansão de atividades relacionadas à digitalização e ao setor financeiro. No entanto, a literatura crítica alerta para a precarização do trabalho e a baixa produtividade desse setor, que muitas vezes se expande sem gerar melhorias substanciais na qualidade do emprego e na distribuição de renda (Antunes, 2009). Segundo Baumol (1967), a tendência de crescimento do setor de serviços pode resultar em um efeito de "armadilha da produtividade", na qual a economia se desloca para atividades de menor dinamismo tecnológico. Em contrapartida, o fortalecimento do setor de serviços pode ser um motor para a economia, desde que haja políticas públicas voltadas para a valorização do trabalho e a ampliação do mercado consumidor interno (Eichengreen & Gupta, 2013).

A ausência de uma política industrial robusta e coordenada tem sido apontada como um dos principais entraves para a superação do ciclo recessivo e da reprimarização econômica (Consenza, 2018 e 2022, e Souza, Previdelli e Nunes, 2022). Os autores defendem a necessidade de estratégias articuladas que priorizem a inovação tecnológica, o fortalecimento das cadeias produtivas e a diversificação econômica como elementos centrais para a retomada do crescimento sustentável

Diante dessas abordagens, busca-se um exame este estudo busca examinar sobre o o crescimento do PIB brasileiro no período, em 2024 a partir de uma análise setorial crítica,

considerando tanto os determinantes macroeconômicos quanto as estruturas produtivas específicas de cada segmento.

2. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva, fundamentada na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais e reconhecidas no estudo da economia brasileira. Os dados primários utilizados para a avaliação do crescimento econômico setorial foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais (SCN), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise setorial do crescimento econômico em 2024 foi conduzida por meio da decomposição do PIB nas três grandes categorias de atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços. Para cada setor, foram calculadas as taxas de variação trimestral e anual, comparando-se os resultados com o desempenho dos anos anteriores. A evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) foi examinada para identificar quais segmentos específicos dentro de cada setor contribuíram mais significativamente para a variação do PIB. Além disso, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o consumo das famílias, o consumo do governo e a balança comercial foram analisados para compreender os fatores determinantes do crescimento da demanda agregada.

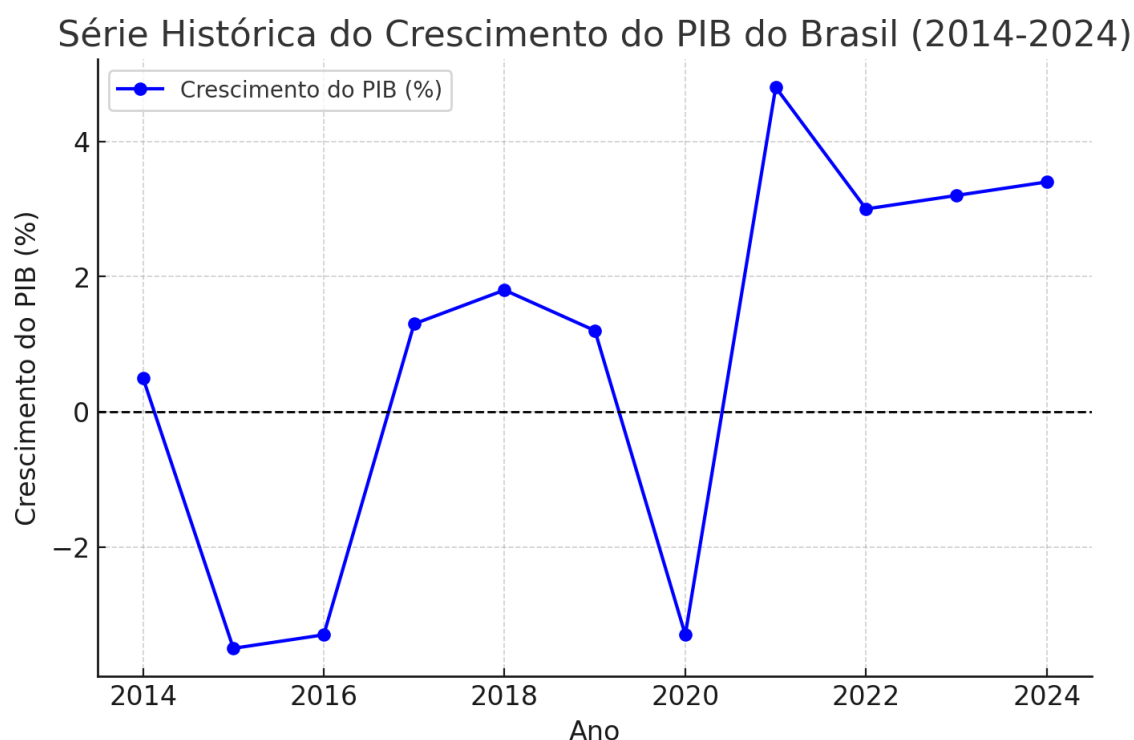
Para complementar a análise quantitativa, foi realizada uma interpretação crítica dos resultados. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita não apenas a identificação dos padrões de crescimento setorial, mas também a compreensão dos seus determinantes subjacentes.

Reconhece-se que a presente pesquisa está sujeita a algumas limitações metodológicas. Como a análise se baseia em dados agregados, aspectos microeconômicos e regionais podem não ser capturados de forma detalhada. Além disso, a dependência de fontes secundárias implica eventuais revisões futuras nos valores do PIB, conforme o IBGE atualiza suas estimativas ao longo dos próximos anos. No entanto, a robustez dos dados utilizados e a triangulação com diferentes abordagens teóricas permitem uma interpretação consistente da dinâmica econômica brasileira em 2024.

3. Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

O desempenho da economia brasileira em 2024 foi marcado por um crescimento do PIB de 3,4%, evidenciando uma continuidade da trajetória de recuperação observada nos anos anteriores.

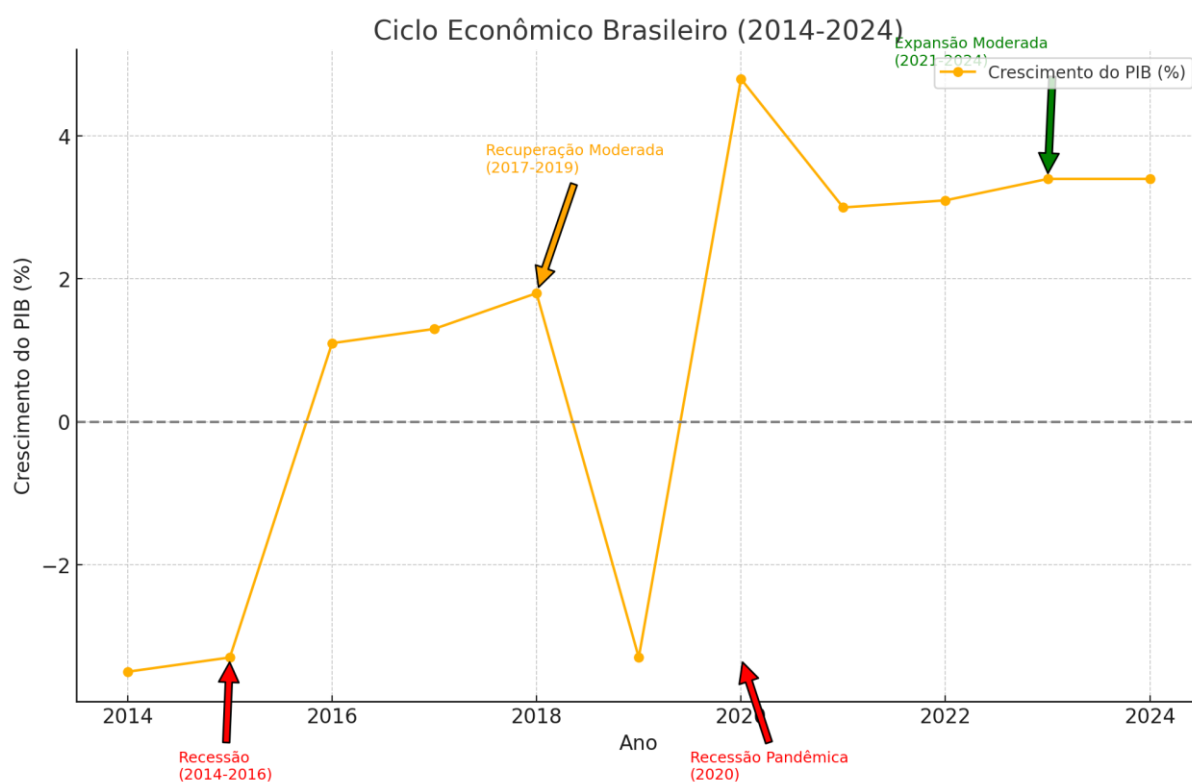
Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE.

A trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período de 2014 a 2024 evidencia a manifestação de um ciclo econômico, caracterizado por fases distintas de recessão, recuperação e expansão moderada.

Gráfico 2



Fonte: IBGE

Entre 2014 e 2016, observa-se a materialização da fase recessiva do ciclo, com a economia registrando dois anos consecutivos de retração significativa (-3,5% em 2015 e -3,3% em 2016). Essa recessão foi impulsionada por uma combinação de choques domésticos e externos, incluindo a crise política e fiscal interna, a deterioração das expectativas empresariais e a desaceleração da demanda global. O aprofundamento da crise revelou as fragilidades do modelo de crescimento baseado no consumo e na expansão do crédito, que havia sustentado a atividade econômica nos anos anteriores.

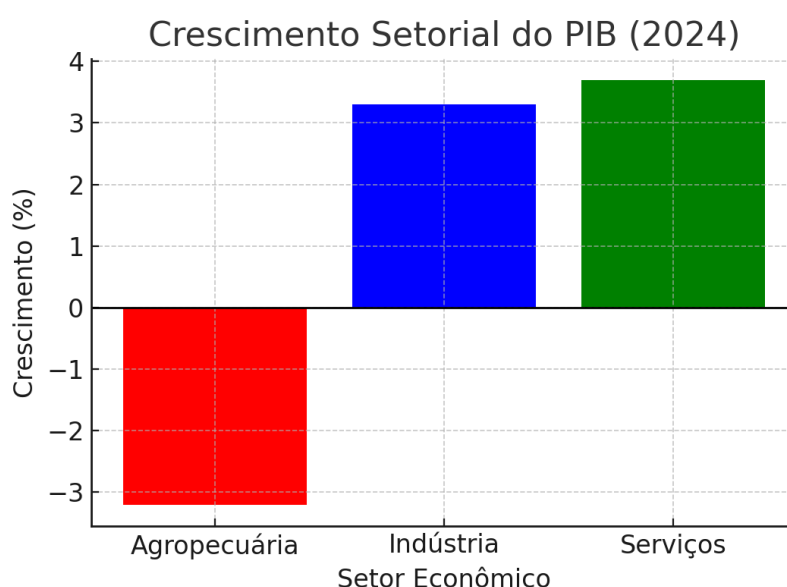
A partir de 2017, a economia brasileira ingressou em uma fase de recuperação cíclica, ainda que marcada por um crescimento moderado e insuficiente para reverter completamente as perdas da recessão anterior. As taxas de expansão do PIB oscilaram entre 1,1% e 1,8% entre 2017 e 2019, refletindo uma conjuntura de ajuste fiscal, elevada ociosidade da capacidade instalada e um mercado de trabalho fragilizado, com alta taxa de informalidade e desemprego elevado.

O choque exógeno da pandemia de COVID-19, em 2020, interrompeu a lenta recuperação em curso, provocando nova contração do PIB (-3,3%). Este movimento evidenciou a vulnerabilidade do ciclo econômico brasileiro a fatores globais e à insuficiência de mecanismos internos de sustentação da demanda agregada. A crise sanitária e econômica acentuou as disparidades setoriais e sociais, sobretudo pela fragilidade das cadeias produtivas e pela concentração da renda.

Entre 2021 e 2024, o país experimentou uma fase de expansão moderada, com crescimento do PIB variando entre 3% e 4,8% ao ano. Essa retomada foi impulsionada por medidas de estímulo fiscal, pela recuperação do mercado de trabalho e pela flexibilização das restrições sanitárias.

Todavia, a fase atual do ciclo revela limites estruturais ao crescimento sustentado. A expansão recente mantém forte dependência do consumo das famílias como motor principal, em um contexto de taxa de investimento abaixo dos padrões necessários para assegurar um ciclo de crescimento mais vigoroso e prolongado. Esse resultado, embora positivo, apresentou variações significativas entre os setores da economia, como se observa a seguir:

Gráfico 3



Fonte: IBGE.

O gráfico 3, sobre o crescimento setorial do PIB em 2024, destaca o desempenho dos três grandes setores da economia brasileira. O setor agropecuário apresentou uma retração de -3,2%, resultado de adversidades climáticas e oscilações nos preços das commodities, que afetaram negativamente a produção agrícola. Em contraste, a indústria registrou um crescimento de 3,3%, impulsionado, principalmente, pela recuperação da construção civil e pelo desempenho positivo da indústria de transformação. O setor de serviços, que representa a maior parcela do PIB, expandiu-se em 3,7%, beneficiado pelo aumento da demanda interna, avanço da digitalização e recuperação do comércio varejista. Esses resultados refletem a dinâmica diferenciada entre os setores e suas interações com fatores macroeconômicos e estruturais ao longo do ano.

Essa heterogeneidade reflete tanto as especificidades produtivas de cada segmento quanto os impactos diferenciados da política econômica e das condições externas sobre o desempenho setorial. A desaceleração do crescimento ao longo do segundo semestre, evidenciada pela redução do ritmo de expansão do PIB no quarto trimestre (0,2% em relação ao terceiro trimestre), indica que os motores da economia brasileira enfrentaram desafios estruturais e conjunturais que limitaram uma expansão mais robusta.

A agropecuária, historicamente um dos principais motores da economia brasileira, foi o único setor que apresentou retração em 2024. A queda de -3,2% reflete, principalmente, os impactos adversos de condições climáticas desfavoráveis sobre culturas estratégicas, como soja e milho, além da volatilidade dos preços internacionais das commodities. O modelo agroexportador, que garante superávits na balança comercial em períodos de valorização de commodities, mostrou-se vulnerável diante de um cenário externo menos favorável. Além disso, a ausência de políticas estruturantes voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da diversificação produtiva contribuiu para a dependência excessiva do setor em relação às oscilações do mercado externo.

A indústria apresentou um crescimento de 3,3%, impulsionado, sobretudo, pelo bom desempenho da construção civil (+4,3%) e das indústrias de transformação (+3,8%). O avanço da construção civil pode ser atribuído ao aumento do crédito imobiliário e a programas de incentivo ao setor, enquanto as indústrias de transformação foram beneficiadas por uma recuperação parcial da demanda doméstica. No entanto, a indústria extrativa mineral teve um crescimento modesto de 0,5%, indicando um desempenho inferior ao registrado em

2023 (+9,2%). A persistente desindustrialização da economia brasileira, evidenciada pela baixa participação da indústria de transformação no PIB em comparação com períodos anteriores, demonstra que o setor produtivo continua sendo impactado por elevadas taxas de juros, câmbio volátil e dificuldades de competitividade internacional, elementos que reforçam as análises estruturalistas sobre os entraves ao desenvolvimento industrial no Brasil.

O setor de serviços, que representa 59,3% do PIB, cresceu 3,7%, sendo o segmento mais dinâmico da economia brasileira em 2024. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pelas atividades de informação e comunicação (+6,2%), outras atividades de serviços (+5,3%) e comércio (+3,8%). A digitalização da economia e o aumento da conectividade explicam a forte expansão do setor de tecnologia e comunicação, enquanto o crescimento do comércio reflete a recuperação do consumo das famílias. No entanto, a expansão do setor de serviços nem sempre se traduz em aumento da produtividade, uma vez que grande parte das ocupações criadas no setor ocorre em atividades de baixa qualificação e com elevado grau de informalidade. Esse fenômeno resulta da fragmentação das relações laborais e da crescente precarização do trabalho na economia contemporânea.

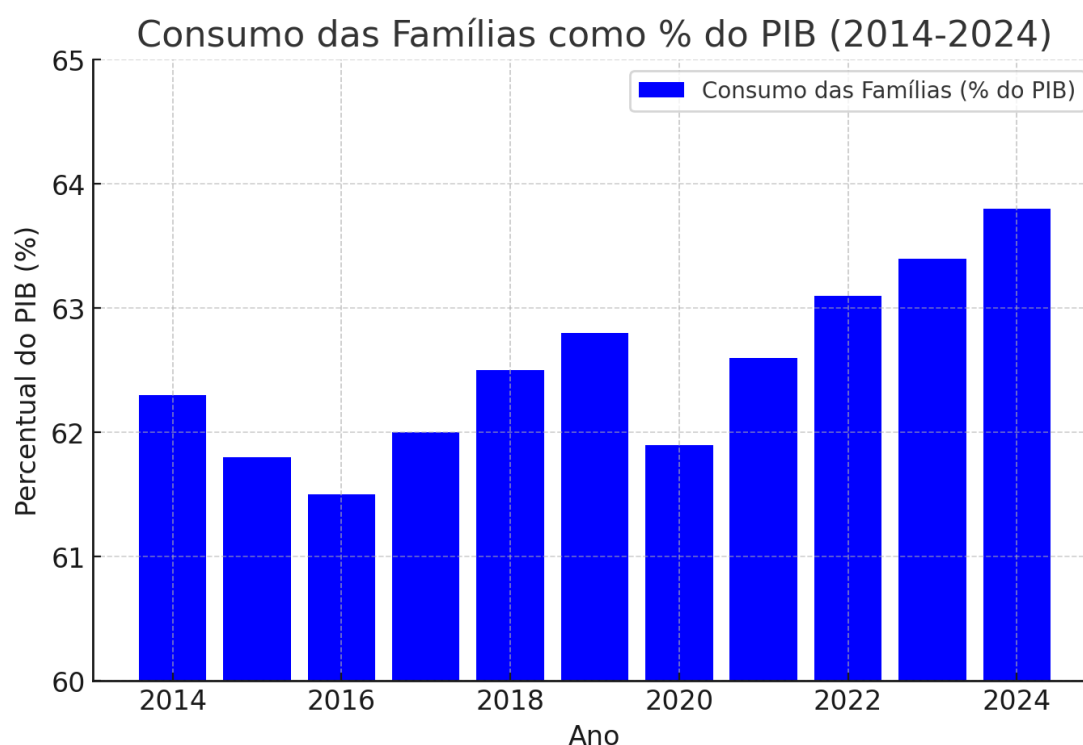
Na ótica da demanda, o crescimento do PIB em 2024 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento do consumo das famílias (+4,8%), que se beneficiou da recuperação do mercado de trabalho e do crescimento da massa salarial real. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), um indicador-chave dos investimentos produtivos, registrou uma expansão de 7,3%, sugerindo um ambiente de maior dinamismo para investimentos privados, apesar da manutenção de juros elevados ao longo do ano. No entanto, a forte alta das importações (+14,7%), em contraste com um crescimento mais modesto das exportações (+2,9%), evidencia uma maior dependência da economia brasileira em relação à demanda externa por insumos industriais e bens de capital, o que pode gerar desequilíbrios na balança de pagamentos. Esse fenômeno está alinhado com as análises estruturalistas e desenvolvimentistas que apontam para a fragilidade da estrutura produtiva nacional diante da concorrência global.

A economia brasileira apresentou crescimento em 2024, mas com desafios persistentes que limitam a sustentabilidade dessa expansão no longo prazo. A queda na agropecuária, a dificuldade de reindustrialização e a precarização do setor de serviços indicam que, apesar do crescimento do PIB, há gargalos estruturais que exigem políticas econômicas

mais assertivas. O crescimento baseado no consumo e na expansão de serviços precisa ser complementado por estratégias de fortalecimento da indústria, estímulo à inovação e ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e tecnologia.

Observados em um intervalo de dez anos (2014 - 2024), alguns aspectos dos agregados macroeconômicos demandam comentário. O gráfico 4 mostra o consumo das famílias em função do PIB.

Gráfico 4



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE.

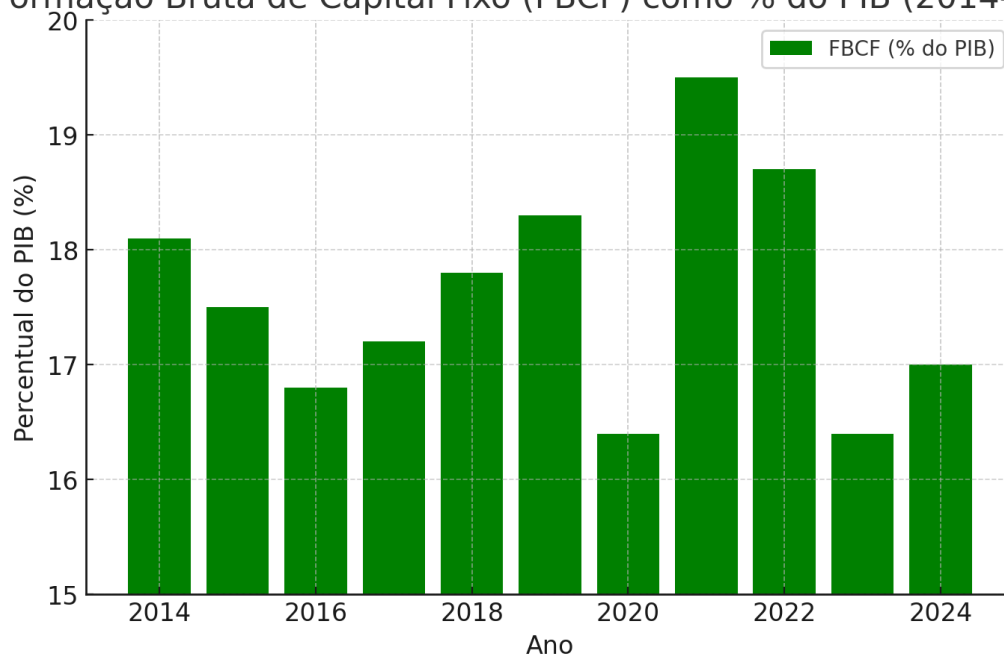
O consumo das famílias tem sido o principal componente da demanda agregada no Brasil, representando entre 61,5% e 63,8% do PIB no período de 2014 a 2024, evidenciando a dependência estrutural da economia brasileira do consumo interno como motor do crescimento. Seu comportamento está diretamente ligado ao mercado de trabalho, ao nível de renda disponível e às condições de crédito, sendo impactado tanto por crises econômicas quanto por políticas de estímulo. Durante a recessão de 2015 e 2016, o aumento do desemprego e a queda da renda levaram a uma leve redução dessa participação, enquanto a

retomada a partir de 2017 refletiu a recuperação gradual da economia. No período mais recente, o consumo das famílias continuou crescendo, impulsionado pelo aumento da massa salarial real, maior formalização do emprego e a ampliação do crédito.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede o nível de investimentos produtivos na economia, apresentou oscilações significativas no Brasil entre 2014 e 2024, refletindo tanto os ciclos econômicos quanto as condições de financiamento e confiança empresarial (gráfico 5).

Gráfico 5

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) como % do PIB (2014-2024)



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE.

Em períodos de recessão, como em 2015 e 2016, a retração da atividade econômica e as incertezas políticas resultaram em uma queda expressiva da taxa de investimento, atingindo seu menor nível em 2020 (16,4% do PIB) devido aos impactos da pandemia. A partir de 2021, observou-se uma recuperação parcial dos investimentos, impulsionada pela retomada da atividade econômica e pela melhora das expectativas no setor produtivo. Em 2024, a FBCF atingiu 17,0% do PIB, ainda abaixo dos patamares ideais para sustentar um crescimento econômico robusto e sustentado. Fatores como a elevada taxa de juros real e a

baixa previsibilidade do ambiente econômico continuam a representar desafios para a expansão dos investimentos em infraestrutura, inovação e capacidade produtiva. Para elevar a taxa de investimento de forma consistente, é fundamental a adoção de políticas públicas voltadas ao financiamento produtivo, à estabilidade macroeconômica e ao fortalecimento da indústria nacional, reduzindo a vulnerabilidade da economia brasileira à volatilidade da demanda interna e externa.

Historicamente, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Brasil tem oscilado significativamente, refletindo diretamente nas taxas de crescimento econômico do país. Durante a recessão de 2014-2016, a FBCF sofreu uma queda real de aproximadamente 30%, impactando negativamente a capacidade produtiva nacional. A partir de 2017, observou-se uma recuperação gradual, com a taxa de investimento saindo de 14,6% em 2017 para 19,2% em 2021, superando a média histórica de 18,1% registrada entre 1996 e 2021. Esse incremento na FBCF foi acompanhado por um crescimento econômico mais robusto, evidenciando a correlação positiva entre investimentos em capital fixo e expansão do PIB. À primeira vista, esse fenômeno poderia ser interpretado como um fortalecimento da capacidade produtiva nacional. No entanto, ao aprofundar essa análise, observa-se que esse incremento nos investimentos está mais associado a um processo de reprimarização da economia do que a uma diversificação e sofisticação do parque industrial. A reprimarização refere-se ao aumento da participação de produtos básicos na pauta exportadora, em detrimento de manufaturados e semimanufaturados, indicando uma regressão a um estágio econômico mais primário. Esse fenômeno é evidenciado pela crescente dependência do Brasil de commodities agrícolas e minerais, como soja e minério de ferro, que lideram as exportações nacionais. Consequentemente, embora haja um aumento na FBCF, este está direcionado majoritariamente para setores primários, não resultando em um desenvolvimento industrial robusto e diversificado. Essa tendência reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a industrialização e a agregação de valor à produção nacional, visando um crescimento econômico mais sustentável e menos vulnerável às oscilações do mercado internacional de commodities.

Os gráficos 6 e 7 mostram, respectivamente, a evolução das exportações e importações como percentual do PIB no Brasil entre 2014 e 2024, refletindo a importância do comércio exterior na economia nacional. No caso das exportações, observa-se um

crescimento gradual ao longo do período, saindo de 11,3% do PIB em 2014 para um pico de 15,2% em 2021, impulsionado pelo aumento da demanda global por commodities e pela desvalorização do real, que tornou os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

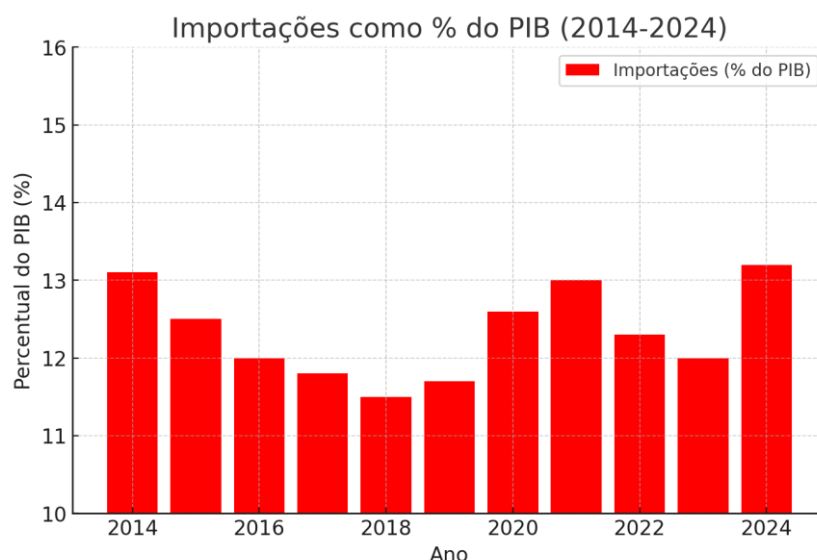
Gráfico 6



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE.

Em 2024, a participação das exportações no PIB situou-se em 14,9%, indicando uma leve redução em relação aos anos anteriores, mas mantendo-se em um patamar elevado. Esse desempenho reflete a continuidade do Brasil como um grande exportador de bens primários, principalmente produtos agrícolas e minerais, sem, no entanto, uma ampliação significativa da participação de bens manufaturados na pauta exportadora.

Gráfico 7

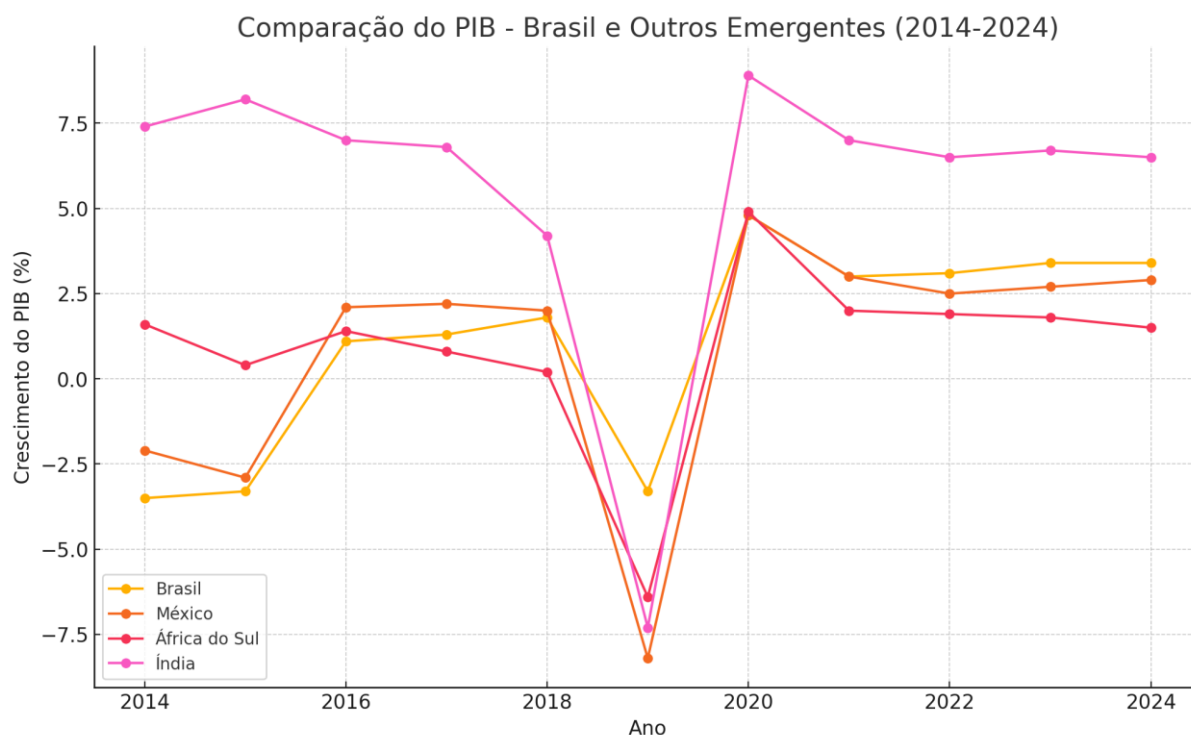


Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE.

Já as importações (gráfico 7) apresentaram um comportamento mais volátil ao longo da década. Entre 2014 e 2018, houve uma redução na participação das importações no PIB, passando de 13,1% para 11,5%, em razão do baixo crescimento econômico e da retração do consumo doméstico. No entanto, a partir de 2020, verificou-se uma retomada, atingindo 13,2% do PIB em 2024, impulsionada pelo crescimento da demanda interna e pela recuperação da indústria, que aumentou a necessidade de insumos importados. Essa trajetória evidencia um cenário de relativa estabilidade na corrente de comércio, com superávits comerciais recorrentes, mas também destaca a persistente dependência brasileira de importações de bens de capital e intermediários, essenciais para a produção industrial.

Ao comparar a dinâmica cíclica do Brasil com a de outras economias emergentes relevantes — México, África do Sul e Índia — entre 2014 e 2024 (gráfico 8), verifica-se a existência de padrões que revelam tanto semelhanças quanto especificidades estruturais.

Gráfico 8



Fontes: México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). Indicadores Trimestrales de la Actividad Económica. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/temas/pib>; África do Sul: Statistics South Africa (Stats SA). Gross Domestic Product (GDP) Statistical Release P0441. Disponível em: <https://www.statssa.gov.za/publications/P0441/P0441.asp>; Índia: Ministry of Statistics and Programme Implementation (MoSPI). National Accounts Statistics. Disponível em: <https://mospi.gov.in/web/mospi/national-accounts>; Fundo Monetário Internacional (FMI). World Economic Outlook Database, Outubro de 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>³.

O México segue uma trajetória semelhante ao Brasil no tocante à forte recessão em 2020 (-8,2%), associada aos impactos da COVID-19. No entanto, a recuperação subsequente foi mais contida, com taxas de crescimento inferiores a 3% após 2021, reflexo da limitação de estímulos fiscais e da elevada dependência da economia mexicana do setor exportador voltado para os Estados Unidos. A volatilidade cambial e a vulnerabilidade às oscilações do comércio internacional também atuaram como restritores ao ciclo expansivo mexicano.

³ Os dados referentes a PIB real e taxas de crescimento foram extraídos das séries históricas nacionais de cada país, com ajustes para uniformizar a base de comparação anual entre 2014 e 2024. Complementarmente, o World Economic Outlook (FMI) foi utilizado para ajustes nos dados de 2023 e 2024, dado o caráter preliminar das estatísticas de alguns países.

A África do Sul destaca-se pelo padrão de estagnação estrutural, com taxas de crescimento consistentemente baixas ao longo da década, raramente superando 2% mesmo em fases globais de expansão. A crise pandêmica exacerbou a fragilidade de sua base produtiva e a elevada taxa de desemprego estrutural, fatores que comprometem sua capacidade de recuperação robusta no pós-2020. Essa economia periférica enfrenta gargalos semelhantes aos do Brasil, como a reprimarização e a baixa diversificação industrial.

Em contraste, a Índia apresentou um ciclo de crescimento mais robusto e sustentado, com taxas que superaram 6% na maior parte do período analisado, excetuando-se o impacto severo da recessão em 2020 (-7,3%). O dinamismo indiano decorre de um conjunto de fatores, incluindo: (i) políticas industriais mais consistentes, (ii) expansão do mercado interno impulsionada por uma ampla base populacional e (iii) crescente inserção em cadeias globais de valor por meio da exportação de serviços tecnológicos e manufaturas leves. A Índia parece se diferenciar dos demais emergentes analisados pela capacidade de manter uma taxa de investimento elevada e uma política de estímulo à inovação tecnológica.

4. Algumas Considerações

A trajetória do PIB brasileiro em 2024, com um crescimento de 3,4%, reflete tanto a dinâmica da demanda agregada quanto as limitações estruturais do modelo econômico nacional. A expansão foi impulsionada principalmente pelo setor de serviços (3,7%) e pela indústria (3,3%), enquanto a agropecuária registrou retração de -3,2%, demonstrando a fragilidade do setor primário diante de choques climáticos e da volatilidade dos mercados globais. O crescimento parece ter sido sustentado pelo consumo das famílias (4,8%), que permaneceu como o principal motor da economia, impulsionado pela recuperação do emprego, pelos programas de transferência de renda e pelo crédito ao consumo. No entanto, a dependência do consumo interno como principal indutor da atividade econômica reforça a vulnerabilidade do crescimento a choques de demanda, exigindo políticas de estímulo ao investimento produtivo e à diversificação da matriz econômica.

A análise do ciclo econômico brasileiro nesse período revela uma dinâmica incompleta, caracterizada pela ausência de uma fase de expansão robusta e prolongada que fosse capaz de consolidar um novo patamar de crescimento sustentado. O processo de recuperação, em grande medida, tem sido limitado por fatores como a desindustrialização

prematura, a reprimarização da economia e a persistência de taxas de juros reais elevadas, que restringem o investimento produtivo e agravam a fragilidade da estrutura produtiva nacional. Há sinais de um ciclo de crescimento com baixa capacidade de geração de encadeamentos intersetoriais fortes, resultando em ganhos modestos de produtividade e em limitada inovação tecnológica. A expansão do setor de serviços, preponderantemente em atividades de baixa complexidade, e o crescimento centrado na exportação de commodities ilustram as características de um ciclo que se mantém preso a uma armadilha de especialização regressiva⁴.

O período 2014-2024 ilustra um ciclo econômico com forte assimetria entre as fases de recessão e de expansão. A ausência de políticas estruturantes, especialmente no campo industrial e tecnológico, contribui para que os períodos de crescimento permaneçam limitados e vulneráveis a choques internos e externos, dificultando o alcance de um ciclo de longo prazo baseado em inovação e elevação da produtividade.

Sob a ótica keynesiana, o ciclo brasileiro é caracterizado por flutuações derivadas da insuficiência de demanda agregada e do comportamento pró-cíclico dos investimentos produtivos. A recessão de 2014-2016, agravada por políticas de austeridade fiscal e manutenção de juros elevados, limitou severamente o consumo das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo, resultando em contrações consecutivas do PIB. A subsequente recuperação, a partir de 2017, e a retomada pós-pandêmica de 2021-2024 revelam-se frágeis e concentradas em setores de baixa produtividade, como os serviços, em linha com as teses de Minsky (1986) e Kregel (2008) sobre a instabilidade endógena do capitalismo e a fragilidade dos mecanismos de coordenação de demanda. Em paralelo, a teoria dos ciclos político-econômicos (Nordhaus, 1975) oferece uma explicação adicional ao evidenciar a correlação entre os ciclos de negócios e a instabilidade institucional brasileira. O período de 2014-2016, fortemente impactado pela crise política e pelo impeachment presidencial, seguiu o padrão de choques de confiança e de incerteza institucional que exacerbaram o ajuste fiscal e retraíram a atividade econômica. A partir de 2018, as mudanças no ambiente político e os

⁴ A armadilha da especialização regressiva ocorre quando um país concentra suas exportações em commodities de baixo valor agregado, em vez de desenvolver setores industriais mais sofisticados. Isso se deve, em grande parte, ao custo Brasil, que torna a produção de bens de maior valor mais cara e menos competitiva. Assim, o país permanece preso a setores menos dinâmicos, limitando seu crescimento econômico e desenvolvimento social (Rodrik, 2016; Souza, Paulino e Pires, 2015).

estímulos localizados, como programas de crédito imobiliário e transferências de renda, configuraram um movimento típico de recuperação eleitoralmente induzida, ainda que insuficiente para superar as restrições estruturais.

A trajetória do ciclo brasileiro reflete as contradições de uma economia periférica cuja inserção no sistema internacional é mediada pela especialização na produção e exportação de commodities. A reprimarização da pauta exportadora, especialmente no pós-2014, reduziu o dinamismo industrial e limitou a capacidade de o país sustentar fases prolongadas de expansão com encadeamentos produtivos internos, como destacam Furtado (2009) [1961] e Tavares (1972). O padrão de crescimento pautado na exportação de bens primários, altamente sensível à volatilidade dos preços internacionais, expõe a economia brasileira a choques externos que afetam a estabilidade cíclica.

A comparação com outras economias emergentes revela que o ciclo econômico brasileiro compartilha características comuns, como a sensibilidade a choques externos e a dificuldade em manter um crescimento sustentado de longo prazo. O exemplo da Índia demonstra que uma trajetória cíclica mais virtuosa é possível mediante uma combinação de políticas industriais ativas, diversificação produtiva e fortalecimento de encadeamentos tecnológicos.

Apesar da recuperação dos investimentos produtivos, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que atingiu 17,0% do PIB, ainda se encontra em um patamar insuficiente para garantir um crescimento sustentável no longo prazo. A elevada taxa de juros real, aliada à instabilidade política e à ausência de uma política industrial robusta, limita a capacidade de planejamento e expansão do setor produtivo. O fenômeno da desindustrialização prematura segue restringindo a capacidade do Brasil de sustentar um crescimento baseado em setores de maior complexidade tecnológica, perpetuando um padrão de especialização regressiva. Esse processo reforça a inserção subordinada do país na economia global, onde a produção de bens primários e a dependência de importações de alto valor agregado reduzem o potencial de desenvolvimento industrial.

No comércio exterior, a elevação das exportações (14,9% do PIB) e importações (13,2% do PIB) reflete um aumento da inserção do Brasil no mercado global, mas sem uma mudança qualitativa na estrutura produtiva. A reprimarização da economia, marcada pelo

avanço das exportações de commodities agrícolas e minerais em detrimento da indústria de transformação, compromete a capacidade de acumulação de capital e inovação tecnológica. Essa dinâmica aprofunda a dependência externa e restringe as possibilidades de desenvolvimento autônomo, reforçando a posição periférica do Brasil no sistema econômico internacional. Assim, a ampliação do superávit comercial deve ser analisada de forma crítica, pois, sem agregação de valor, os ganhos gerados pelas exportações não se traduzem em aumento da produtividade ou melhoria estrutural da economia.

A superação das limitações estruturais que caracterizam o ciclo econômico brasileiro parece depender da capacidade de formular e implementar um projeto nacional de desenvolvimento que promova a reindustrialização e a modernização da base produtiva, em linha com as melhores práticas de outras economias emergentes bem-sucedidas. A experiência histórica das economias centrais e dos países asiáticos demonstra que a intervenção do Estado por meio de políticas industriais, planejamento estratégico e investimentos públicos é essencial para romper com a estagnação estrutural e garantir uma trajetória sustentável de crescimento. O setor público deve atuar na indução do investimento, reduzindo a volatilidade do ciclo econômico e garantindo a alocação de recursos para setores estratégicos. O enfrentamento das contradições do capitalismo brasileiro exige uma reconfiguração das relações de produção, com maior redistribuição da riqueza e fortalecimento das estruturas produtivas nacionais.

Conclui-se que, apesar do crescimento positivo do PIB em 2024, a economia brasileira segue enfrentando desafios estruturais que limitam sua capacidade de expansão sustentada. O avanço da industrialização, a redução da dependência externa e a elevação dos investimentos produtivos são fatores essenciais para modificar a dinâmica da economia e reduzir sua vulnerabilidade às oscilações globais. Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a análise sobre os impactos da política monetária na composição setorial do crescimento e examinar as possibilidades de fortalecimento do investimento público como ferramenta de transformação estrutural da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

África do Sul, Statistics South Africa (Stats SA). Gross Domestic Product (GDP) Statistical Release P0441. Disponível em:

<https://www.statssa.gov.za/publications/P0441/P0441.asp>.

Antunes, R. [1999] (2009). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Baumol, W. (1967). "Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis." *American Economic Review*, 57(3), 415-426.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>.

Bresser-Pereira, L. C. (2017). *Desenvolvimento e crise no Brasil: ensaios sobre a questão nacional e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Cano, W. (2012). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 831-851, .

Carvalho, D, e Carvalho, A. (2011). Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. *Economia Ensaios*, 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez.

Colombo, A.; Felipe, E.; Sampaio, D. (2020). Desindustrialização no Brasil: uma análise empírica do processo em diferentes formatos. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 15, n. 27, p. 83–112, .

Consenza, A. C. (2018). *Calibã se liberta: o setor externo da economia brasileira: 1999 - 2013*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em História Econômica.

_____. (2022). Um Brasil dos trabalhadores: aspectos do crescimento econômico brasileiro entre 2003 e 2016 in Souza, L. e Previdelli, M. (orgs.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. Campinas: Hucitec.

Eichengreen, B., & Gupta, P. (2013). "The Two Waves of Service Sector Growth." *Oxford Economic Papers*, 65(1), 96-123.

Fundo Monetário Internacional (FMI). World Economic Outlook Database, Outubro de 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>.

Furtado, C. [1961] (2009). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Contraponto.

Índia, Ministry of Statistics and Programme Implementation (MoSPI). National Accounts Statistics. Disponível em: <https://mospi.gov.in/web/mospi/national-accounts>.

Keynes, J. M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.

Kregel, J. A. (2008). Minsky's Cushions of Safety. Public Policy Brief, nº 93, The Levy Economics Institute.

Lucas, R. E. (1988). "On the Mechanics of Economic Development." *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42.

Marx, K. [1867] (2023). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Boitempo Editorial.

México, Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). Indicadores Trimestrales de la Actividad Económica. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/temas/pib>.

Minsky, H. (1986). *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press.

Nordhaus, W. D. (1975). "The Political Business Cycle". *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.

Rodrik, D. (2016). "Premature Deindustrialization." *Journal of Economic Growth*, 21(1), 1-33.

Solow, R. M. (1956). "A Contribution to the Theory of Economic Growth." *Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65-94.

Souza, L.; Paulino, L. e Pires, M. (orgs.) (2014). *Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI*. São Paulo: Saraiva.

Souza, L, Previdelli, M e Nunes, R. (2022). A hora das bruxas: a Agenda Brasil e o Golpe de 2016. in Souza, L. e Previdelli, M. (orgs.). (2022). *História Económica do Brasil Contemporâneo*. Campinas: Hucitec.

Tavares, M. C. (1972). "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil." *Revista da CEPAL*, 8, 31-52.